

A feminização do conceito de quilombo e as paisagens do Engenho Ilha em Suape (PE)¹

Irene Adryane Marciano da Silva (PPGA/ UFPE)²

PALAVRAS-CHAVE: Engenho Ilha; Quilombos; Mulheres.

Preâmbulo

“Em 2015 [...], outubro, eu sofri a primeira investida forte mesmo, assim de intimidação. Eles foram numa casa ali, derrubaram fogão, derrubaram plantação e cortaram de foice as melancias do homem. Aí eu fui pra cima...

Em 2015 foi a primeira ameaça. Eles entraram num sítio aqui onde só tinha crianças: um adolescente com dezesseis anos e o resto tudo escadinha, pequenininho.

Ele entrou e o rapaz disse, o jovem:

- Vocês não vão entrar!

Ele empurrou. Ele quem é? Romero Fonseca³...empurrou o rapaz.

- Preto!

Chamou de neginho, de negrinho e disse:

- Negrinho... a gente se encontra por aí...

Um adolescente de dezesseis anos. Olha, essa pessoa fez um mal tão grande pra aquele jovem que eu digo pra você, às vezes o jovem... a fragilidade da juventude que a gente sabe muito bem, que a gente já foi jovem, a gente sabe o que significa... a quimera é muito leve e muito fugaz, ela pode, de repente... (movimento de desvanecer) acabar com a vida do jovem.

E esse menino, ele se envolveu com o tráfico... é, na marginalidade...

Tenho assim, um grande receio que tenha sido depois daquilo... porque ele ficou muito, mas muito revoltado. Ele dizia:

- Eu vou comprar uma arma, se encontrar ele eu vou matar ele. Eu não esqueço aquele empurrão, eu não esqueço o tapa que eu levei.

E isso prejudicou esse jovem e ele ficou assim, por uns dois ou três anos, muito violento...

ele se envolveu com o tráfico e tenta sair, volta de novo... eu tenho um grande apreço a ele e sempre dou uma ligadinha.

- Como você tá?”

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Mestrando no Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPE.

E-mail: irene.adryane@ufpe.br.

³Romero Correia da Fonseca é o coordenador da fiscalização em Suape e está subordinado a Sebastião Pereira Lima, diretor de Gestão Fundiária e Patrimônio do Complexo, segundo informações do *Business & Human Rights Resource Centre*. O Complexo de Suape tornou-se um caso emblemático por violar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU ao ser investigado pela formação de milícias, remoção forçada, danos a casas e restrições de uso do território. Disponível em

<https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/brasil-complexo-do-porto-de-suape-%C3%A9-investigado-por-forma%C3%A7%C3%A3o-de-mil%C3%ADcia-remo%C3%A7%C3%A3o-for%C3%A7ada-danos-a-casas-e-restri%C3%A7%C3%B5es-de-uso-do-territ%C3%B3rio-suape-van-oord-outras-empresas-comentam-2/> (acesso em 31/10/2023). O fim do ano de 2017 também foi marcado por mais denúncias de violências lideradas por Romero

Fonseca:

<https://racismoambiental.net.br/2017/01/01/suape-cips-fecha-o-ano-praticando-mais-violencia/> (acesso em 31/10/2023).

1. Adentrando às paisagens do Engenho Ilha

Conheci a Primavera no Engenho Ilha, no ano de 2020, bem no meio da pandemia de Covid-19. Estávamos em frente a Associação de Pequenos Agricultores de Pontes dos Carvalhos, lugar que aglutina as reivindicações coletivas dos moradores sendo fundada em 1988. Este lugar configura-se como um espaço muito importante desde seu surgimento pelo fato de organizar suas mobilizações políticas e, sobretudo, a construção de estratégias coletivas, de criação de relações, como o projeto da horta entre as mulheres. Segundo ela, havia uma aproximação muito forte de seus fundadores com os movimentos populares que foram se consolidando a partir do decaimento das antigas usinas na região da Zona da Mata, essas que se constituíram após a queda dos Engenhos, conhecido como o Movimento Camponês no estado de Pernambuco, tendo como principais bandeiras a reforma agrária e a regularização fundiária sendo principalmente influenciados pela visibilidade das reivindicações do Movimento Sem Terra, porém sem filiar-se.

Na região em que está localizada, entre as cidades do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, também conhecida como a microrregião de Suape, há uma profusão dessas histórias marcadas pelas várias formas de ocupação que se deram ao longo de todo o litoral sul pernambucano influenciando cidades como Jaboatão dos Guararapes e a Zona da Mata, a exemplo de Escada e Sirinhaém. Assim, o Engenho Ilha faz parte de uma região que foi diretamente influenciada pela formação social e paisagística decorrente das grandes propriedades dos engenhos até o fim do Século XIX e, posteriormente, da paisagem da semi-indústria do açúcar a partir do início do Século XX (MICAELO, 2014; SILVA SANTOS, 2022) com a produção das usinas. Este lugar, portanto, apresenta características interessantes quanto às resistências históricas à economia da *plantation* e, de forma complementar, na perseverança da presença da agricultura por seus habitantes (MICAELO, 2014: 23).

Demonstrando uma vasta área caracterizada por diversas comunidades negras rurais e litorâneas com atividades pesqueiras, marisqueiras, agricultoras, entre outras, comunidades como a do Engenho Ilha tem sido diretamente afetadas pelos violentos processos de desterritorialização advindos das novas dinâmicas territoriais na região através de empreendimentos como o Complexo Industrial e Portuário de Suape - CIPS, e demais projetos por ele administrados em especial, pelas atuais disputas de narrativas ecológicas sobre seus territórios que constituem uma maneira distinta diante desses conflitos históricos. O Engenho Ilha atualmente enfrenta disputas com o CIPS contra o projeto de construção de

uma Unidade de Conservação - UC de mesmo nome com o interesse principal no turismo ecológico.

Marcada por esses sucessivos processos de desterritorialização, essa região demonstra a presença de diversos grupos de agricultores sendo colocados em uma condição de constantes deslocamentos como uma estratégia para impedir o vínculo com a terra. Ao conversar com moradoras mais antigas, a exemplo da “Aurora”, me foi dito que sua família chegou àquele território através de seus pais e que eles trabalhavam de forma itinerante entre as diversas usinas da região entre o fim da década de 1950 e o início da década de 1960, conseguindo garantir uma moradia no Engenho Ilha algumas décadas depois. Segundo ela, algumas famílias de agricultores tinham permissão para plantar em pequenas áreas e mesmo construir arruados, mas que estas não poderiam estar próximas das plantações da cana-de-açúcar nem alterar o fluxo de produção das usinas. Esta condição é denominada por Dabat (2004) como a prática da lavoura branca e da morada que marcou a constituição da Zona da Mata.

Em um segundo momento, já no ano de 2021, tive outro encontro com Primavera, desta vez, em que foram brevemente discutidas algumas estratégias das mulheres do Engenho Ilha para a continuação das hortas e das plantações nos sítios frente às medidas coercitivas, violentas mesmo, ambiental e socialmente, da administração do CIPS. Enquanto os representantes do empreendimento pregavam a ausência de uma ação humana como determinantes para a regeneração ecológica, ela demonstrava como suas práticas promoviam espaços de biodiversidade. Nessa época, ao permitir que realizasse esta pesquisa, agora em andamento, Primavera me colocou um grande desafio: pensar esse lugar, esse quilombo, por fora de uma narrativa de continuidade da escravidão, algo comum às análises antropológicas na região. Bispo dos Santos também desafia essa narrativa de uma história oficial ao enfatizar que foi criado em uma encruzilhada de biomas, numa grande ocupação de pessoas afrodescendentes que não têm na memória indícios da escravidão (2023: 38-39). A partir dessas pistas, busco seguir em diálogo com a antropologia e suas análises da crise climática por um caminho de outros problemas trazidos por essas mulheres, um caminho alheio à *plantation*.

2. Encruzilhadas teóricas

A discussão acerca do conceito de antropoceno se tornou incontornável para a antropologia em relação à atual condição da vida no planeta. Tsing (2019) convencionou caracterizá-lo como uma era de “ecologias ferais”, ou seja, uma era quando teremos que lidar

com reações biológicas não planejadas pelos seres humanos em grande escala. Assim, o antropoceno evoca uma temporalidade específica, uma temporalidade do fim, tendo como produtos da ação humana uma série de tecnologias destrutivas. Se antes, nos debates ambientais, era possível pensar na garantia da regeneração ecológica, neste momento o ressurgimento contrasta com a proliferação do antropoceno (*Ibidem*: 228). Como colocado por Haraway (2023: 70-71), estes tempos são marcados pela urgência para todas as espécies, inclusive humanas, onde lidamos com a morte e a recusa. Por isso esta condição também evoca o desastre, a urgência e a violência em escala global.

Tsing (2019: 175-176) analisa que o antropoceno demonstra-se como a conquista da natureza promovendo a constituição de um mundo específico, um mundo antropocêntrico, e diante desse mundo são bloqueadas as capacidades de heterogeneidade relativas a diversos seres incorporando-os aos avanços técnicos e econômicos (*Ibidem*: 113-114). Um exemplo disso se dá pela ideia da escalabilidade, onde a desvinculação da autonomia dessas relações é colocada como fundamental alterando sua complexidade. Para a autora, um ponto de partida para fazer entender a escalabilidade como um problema técnico é pensar sobre a constituição das *plantations*. Sendo criado como conceito a partir dos estudos de Mintz e Wolf (1957) no Caribe, a noção da *plantation* evoca um projeto paisagístico e social que tinha por objetivo tornar seus elementos autônomos e intercambiáveis (TSING, 2022: 86). Assim, é demonstrado que a escalabilidade não é encontrada na natureza (*Ibidem*), sendo estes espaços constituídos pela presença de relações com capacidades transformadoras.

É desse modo que se torna importante pensar o projeto de colonização da América como um momento importante da história do planeta, sendo sua constituição política, econômica e social materializada no sistema de *plantations*. Para esse sistema funcionar, seria necessário o extermínio de plantas e de pessoas colocando em seu lugar novas pessoas e plantas *isoláveis* (TSING, 2022: 88) fazendo a diversidade ser incorporada ao seu projeto inicial de expansão. Sua dominação garantiu uma continuidade de exploração não só humana e ambiental, mas uma forma de habitar que garantiu os processos formadores da modernidade (FERDINAND, 2023: 47). Assim, para compreender esses problemas também se torna necessário o diálogo junto aos processos que conectam devastação ambiental e racismo à exploração massiva de seres humanos e não humanos. Ao ocultar as condições coloniais de produção da técnica, deixamos escapar alianças possíveis com críticas anticoloniais dessas técnicas (*Ibidem*: 29) bem como maneiras de constituição que divergem das formas do capitalismo. Desse modo, pensar a devastação ambiental também nos coloca na posição de

considerar os efeitos coloniais do passado e de como se dá essa continuidade nas proposições do presente (SCOTT, 2017).

Também contribuindo para este debate Mbembe (2022) desenvolve sua definição para esses tempos através do seu conceito de brutalismo, onde destaca a materialidade desta maneira de ocupação do planeta que traduz o horror e as situações extremas nos interstícios do cotidiano, principalmente aos grupos racializados, lidos socialmente como não brancos. Ao colocar no centro a dimensão racial da experiência a partir do “devir negro do mundo” (MBEMBE, 2017) ele amplia a discussão de modo a problematizar quem seria esse *anthropos* do antropoceno que denota uma centralidade humana expansiva e masculina marcada pelo controle em relação aos recursos do planeta diretamente relacionados a processos predatórios que tornam certos grupos humanos alvos desses projetos de desvinculação.

Ocorrendo em territórios, essa desvinculação pode ser notada materialmente por suas consequências em escala global através da consolidação de grandes projetos de desenvolvimento. Visto como uma era da perturbação humana (TSING, 2019: 23), o antropoceno, portanto, traz a urgência de perceber a evidente ameaça à habitabilidade ao mesmo tempo que torna essas dicotomias globais/ locais turvas. Ao analisar certos contextos e seus co-agenciamentos demonstra-se que suas repercussões se manifestam como resultado das atividades humanas em grande escala mas que ainda assim constituem-se em lugares específicos: “o antropoceno é encenado em lugares, mesmo quando sua circulação é global” (TSING, 2019: 205).

Como enfatizado por Lugones (2010), Krenak (2019), Brah (2006) e Almeida (2019), entre outros, o racismo torna-se um pilar determinante para essa falta de acesso a direitos básicos e coletivos, sobretudo aos que se veem frente a interesses desses grandes projetos desenvolvimentistas em seus territórios sendo colocados como um impedimento as medidas inevitáveis do progresso. Esse processo presente entre diversos grupos é denominado por Ferdinand (2022: 48) como o habitar colonial, concluindo que esses projetos só foram possíveis a partir de seu duplo: o racismo. Desse modo, é possível afirmar que existe uma continuidade colonial entre a escravização dos seres e a exploração dos ambientes que são convertidas em uma mesma condição, uma condição “negra” (FERDINAND, 2022; FAGUNDES, 2022).

Para Ferreira (2022: 295-296), a raça fundou-se como um marcador da diferença determinante para as análises das ciências humanas, delimitando o objeto exclusivo da antropologia colocada de modo oposto à civilização. Mbembe (2017: 27-29) complementa

que esta também se torna uma ficção útil na sua ávida necessidade de mitos destinados a fundamentar o poder do hemisfério ocidental tendo a figura fenotípica do negro e da África como desprovidos de uma humanidade numa forma de justificar a empresa colonial através da violência sem precedentes. Essa estrutura marcou a própria noção de humanidade produzindo o racial, sendo, neste caso, “o negro”, como o exterior da autoconsciência (Ferreira, 2022: 296).

Essa narrativa que aborda a violência com relação ao mundo e ao Outro localizando-nos neste momento do planeta demonstra uma dissolução da tradicional separação que se dá entre as dimensões humanas e ambientais como de passado e presente em uma perspectiva global (Ferreira, 2022: 296), configurando o que Mbembe (2022: 15) define como brutalismo. Entre os pequenos espaços vazios deixados pelas discussões sobre o fim da habitabilidade no planeta, o autor traz uma provocação interessante: o desejo de violência foi o que nos levou a nossa finitude espacial, mas o corpo vivo só existe em relação com a biosfera. Porém, a anunciação dessa finitude acompanhada de narrativas escatológicas da destruição traz à ordem um discurso colapsologista onde não se leva em conta que “alguns viveram essa experiência dos limites antes de outros” (*Ibidem*: 25).

Desse modo, Mbembe (2021: 03) expõe essas formas de violência “tão futuristas quanto arcaicas nos tempos do brutalismo” onde são imbricados diferentes tempos históricos contribuindo diretamente para as discussões teóricas em torno das consequências que nos levaram ao antropoceno. Assim, relacionar ambas as discussões possibilita entender, por um lado, as relações de sociabilidade constituídas a partir da dimensão colonial e, por outro, as formas como os processos atuais continuam a propagar uma exploração humana racialmente determinada e ambientalmente violentas como duas faces da mesma moeda, assim como discute (Ferdinand, 2022). Desse modo, o objetivo é discutir tais relações, sobretudo os processos de disputas ambientais a partir da Comunidade Quilombola Engenho Ilha, na cidade do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e suas principais consequências na vida das mulheres.

3. Mulheres e a feminização do conceito de quilombo

Uma característica marcante da formação da Zona da Mata também presente no Engenho Ilha é a forte influência das formas das relações que se deram desde o período dos Engenhos, onde predominava a dicotomia do proprietário das terras e de quem trabalharia nelas de modo a tentar desvincular as pessoas desses territórios. Como um exemplo direto dessas medidas pode-se ver na região a materialização de projetos onde é representada a

continuidade de uma tradição de ocupação orientada por uma exploração articulada que foi iniciada desde os trabalhos nesses engenhos pela monocultura da cana (ALCIDES, 2004; ARRUDA, 2016), no seu posterior refino numa semi-indústria do açúcar através das usinas (MICAELLO, 2014; DABAT, 2004) ampliando territorialmente o sistema da *plantation* e em sua mais recente forma de exploração socioambiental através do complexo industrial e portuário de Suape (SILVEIRA, 2010; ALVES, 2011) buscando consolidar uma paisagem cada vez mais homogênea e entrópica. Bispo dos Santos (2015: 55 - 75), ao discutir sobre as matrizes culturais eurocristãs, estabelece como os quilombos tornam-se um lugar privilegiado para pensar essa continuidade do projeto de colonização, sobretudo no nosso país, e suas constantes resistências que vão desde o Império, com o exemplo do Quilombo dos Palmares, passando pela República com a resistência de Canudos até o Estado democrático com as comunidades quilombolas contemporâneas que tensionam constantemente as tentativas de recolonização que complexificam-se através de grandes projetos de desenvolvimento.

Nota-se que a configuração social e da paisagem dessa região demonstra a centralidade do momento de um mau encontro colonial (DE JESUS, 2016), onde as análises colocam essas diversas comunidades de agricultores em uma forma específica de relação com seus territórios como sendo resultantes do decaimento das usinas açucareiras através das mudanças nas dinâmicas de trabalho e, posteriormente, numa proletarização de suas formas de vida frente a urbanização. Possuindo importantes pesquisas como as de Dabat (2003) e Micaelo (2014) que sintetizam a orientação das abordagens voltadas para esta região, é demonstrada uma centralidade da propriedade privada e das paisagens formadas pela cana de açúcar pelo seu sistema de *plantation* (ROGERS, 2009) que se caracterizava pela concentração da terra, o emprego do trabalho escravo e a transformação industrial da cana numa unidade econômica chamada de 'engenho', cujo proprietário era o 'senhor-de-engenho' (Micaelo, 2014: 4).

Segundo essas abordagens, essa forma de exploração continuou praticamente inalterada ao longo de quase cinco séculos (Dabat, 2003:16), o que resultaria em uma “modernização sem mudança”, excluindo persistentemente a “massa de trabalhadores rurais”. Por outro lado, nota-se a predominância de certas posturas teóricas em torno dessas análises, deixando de lado as próprias concepções das pessoas locais acerca dessas condições de continuidade e como encaram a própria persistência da agricultura com o desenvolvimento de técnicas próprias. Nesta região, além da presente devastação ambiental que marcou os primeiros trabalhos críticos a essa forma de exploração, também existe um novo momento, onde o CIPS se apropria de narrativas ecológicas para a desterritorialização desses moradores

denotando um caráter particular. Sendo orientado através dessas narrativas ambientais de preservação da natureza alinhadas a uma postura excludente da presença humana para a sua regeneração ecológica, o CIPS enquadra, desta vez, em outros termos, comunidades locais em um processo de recolonização. Este é o caso do Engenho Ilha.

Naquele mesmo ano o CIPS havia recorrido, mais uma vez, ao processo de tentar desterritorializar esses moradores alegando sua propriedade desde o decaimento da antiga Usina Bom Jesus e afirmando a necessidade de consolidação do projeto da unidade de conservação ambiental devido aos impactos do próprio porto e dos usos indevidos praticados pelos moradores. Parafraçando o próprio projeto do CIPS para a construção da UC, sua área apresenta características de uma organização sócio-espacial rural, há vilas, sítios e pequenas propriedades historicamente ali instaladas (SUAPE, 2014: 16), mas devido à forte ocupação humana também houve “a degradação ambiental pela poluição doméstica e industrial, exploração de areia, desmatamento e caça às espécies animais” (op. cit.).

O ano de 2014 marcou o início de um período de sucessivas disputas naquele território, onde aquelas pessoas também passavam por um novo momento que se baseia no princípio do conflito, algo constantemente presente nas dinâmicas da região de Suape desde seu surgimento. Com a morte natural da liderança anterior, o Índio, neste mesmo ano, o Engenho Ilha passa, pela primeira vez, a ser liderado pela Primeira Presidenta da Associação de Pequenos Agricultores, a Primavera. A liderança do Índio era marcada por essa postura de busca de reconhecimento, mas também havendo algumas negociações com o CIPS. Mesmo com um posicionamento combativo, algumas medidas ainda eram reguladas. Índio esteve neste cargo de 2000 a 2004 e, posteriormente, de 2008 a 2014, e sua época marcou o primeiro momento de fortes disputas com o CIPS:

“Suape chegava nas reuniões e dizia: “Você pode plantar”, “você não pode plantar”, “você pode cercar”, “você não pode cercar”. Tinha que ter... tinha que receber autorização de Suape pra fazer isso e isso seguiu até 2008... até 2010 ainda seguiu com isso” (“Primavera”, 24.11.2020).

“Primavera” enfatiza a importância de ser a primeira liderança feminina para o cargo, demonstrando que mesmo compartilhando da resistência com seus companheiros, a associação, com mais de 30 anos de atuação, possui uma origem masculina. Assim, as mobilizações femininas não eram colocadas no centro dos debates, sendo as mulheres direcionadas para atividades que garantisse o funcionamento das próprias reuniões, como o cuidado da manutenção e limpeza, alimentação, entre outros. Segundo sua fala é demonstrada uma importante virada de perspectiva através de sua atuação, colocando o Engenho Ilha

como um todo em uma nova postura política e trazendo para o primeiro plano a especificidade de seu modo de vida, modo este tanto inegociável com o CIPS como mais complexo que as disputas jurídicas sobre o território. Segundo ela:

“O presidente tinha morrido, na época dele ainda se pedia autorização e se questionava:”Pedir pra quê? Se a gente é dono da posse, pra quê eu vou ter que pedir?”. Quando não, que a gente não pedia e construía à revelia, mas tinha que pagar pra alguém não derrubar...” (“Primavera”, 24.11.2020).

Ainda naquela visita ela nos diz, assim como outras mulheres presentes, que atualmente mais da metade da associação é composta por elas. O Engenho Ilha possui 611 hectares divididos entre vários sítios havendo em torno de 305 famílias, já são 3 gerações na comunidade, além disso existem os espaços comuns que são usados para o extrativismo local, coleta e manejo do solo, como a Mata do João Grande, o Areeiro, Miranda, Zumbi, Ilha dos Martins, Cajá, o Rio Pirapama e outros. A agroecologia tem sido a marca presente desde sua liderança enfatizando como sendo mulheres as suas formas de atuação também propõem outras relações com esses espaços:

“(…) chega uma preta, que vem pra um cargo que era um cargo de valor pra eles, que era a tesouraria... aí, depois, vou pra secretaria e, por último agora, presidenta... presidente, né? (...) mulher só lavava banheiro e fazia o café (...). E a gente não participava das reuniões, eram os homens que diziam o que sim e o que não. Elas vendiam, elas colhiam, elas plantavam, mas quem mandava em tudo, quem tinha a joaninha do dinheiro, de guardar o dinheiro, era os homens (...) Mulher só tinha direito mesmo à boi, né? E uma roupa de vez em quando, quando ele achava que deveria comprar alguma coisa pra ela” (“Primavera”, 24.11.2020).

Como já discutido por mim anteriormente (MARCIANO DA SILVA, 2022: 11), o Engenho Ilha demonstra como mesmo sob uma condição de proximidade da cidade e aderindo parte de suas dinâmicas, suas práticas promovem ecotécnicas diversas. Nota-se que este momento atual no Engenho Ilha tem sido marcado pela constituição e intercâmbio dessas técnicas de cultivo em seus sítios, como os projetos desenvolvidos junto às mulheres do Quilombo Ilha de Mercês desde 2020, além da construção de espaços seguros para essas mulheres que, ao protagonizarem o enfrentamento às medidas do CIPS, também se tornam alvos de uma violência particular direcionada a elas. Porém, elas também promovem nesse processo novas formas de produção da biodiversidade refletindo-se em suas paisagens em meio às medidas destrutivas do CIPS destacando suas relações com espécies de plantas. Esse movimento também demarca uma apropriação acerca de suas histórias, como uma retomada

epistemológica que contribui ativamente para os debates ambientais atuais e também sobre a própria ideia de quilombo como uma forma de ressemantização ecológica (FAGUNDES, 2022: 314).

4. Entre justiça ambiental, racismo e mulheres: algumas discussões metodológicas

Uma das primeiras dificuldades encontradas ao realizar esta pesquisa com as mulheres do Engenho Ilha foi uma ausência significativa de trabalhos acadêmicos da antropologia. Sendo citado nos artigos de Júnior (2013) e Tavares e Júnior (2013) há a discussão a partir da gestão ambiental do projeto de criação da Unidade de Conservação - UC bem como das áreas de perda ecossistemas, como o manguezal e a Mata do João Grande através do avanço do CIPS sendo uma das justificativas para a sua própria implementação. Ainda sobre a UC Engenho Ilha, encontra-se disponível o projeto do ano de 2014 a partir dos direcionamentos do Plano Diretor do CIPS, o Suape 2030, de 2011 e seu detalhamento no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário de Suape - PDZ 2015- 2035, de 2019, que inclui este território como Zona de Preservação Ecológica - ZPEC definindo as formas de ocupação do solo no qual exclui a presença humana.

Já os trabalhos de Silva et al (2018) e Mendes, Silva e Dourado (2019) destacam a vulnerabilidade social decorrente desses projetos por parte das comunidades, colocando em primeiro plano a atuação da Associação de Pequenos Agricultores e os impedimentos às suas práticas agroecológicas por parte do CIPS. Também existem duas dissertações, sendo a de Mendes (2015), da administração, onde analisa o Projeto de Aceleração de Crescimento - PAC e suas consequências diretas na qualidade de vida da população do Engenho Ilha, denominada aqui como uma comunidade autóctone, e o da Oliveira Silva (2020), do serviço social, onde trata do processo de expropriação de comunidades que são atingidas pelo CIPS com menções ao Engenho Ilha, a autora também explicita projetos desenvolvidos na região onde essas pessoas foram participantes. Por fim, há os documentos dos relatórios do Inquérito Civil do problema fundiário do Engenho Ilha com o CIPS do Ministério Público Federal de Pernambuco - MPPE, de 2015, onde encontra-se o laudo antropológico realizado pelo Otávio Rocha Siqueira, compartilhados comigo pela presidenta da Associação de Pequenos Agricultores no ano de 2021, bem como as perícias sociais realizadas no contexto das visitas técnicas através da Defensoria Pública da União - DPU entre os anos de 2020 e 2022 com informações mais específicas sobre o local e dos quais participei.

Por outro lado, existe uma diversidade de pesquisas realizadas em Pernambuco que discute a diferença da habitabilidade de comunidades quilombolas frente a grandes projetos

de desenvolvimento incentivados pelo Estado. Com um histórico de afirmação política através da agricultura e do território, a questão étnica e identitária demonstram-se como campos de atuação predominantes nessas produções onde estes grupos colocam-se em disputa pelo reconhecimento de seus direitos coletivos. Nesse sentido destaco os trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - PPGA/ UFPE com pesquisas como as da Bezerra (2006) no Quilombo Negros do Gilu, Ferreira (2008) no Quilombo Serrote do Gado Brabo, Júnior (2009) entre os Quilombolas da Comunidade do Timbó, Maciel (2012) na Comunidade Quilombola Estrela, Silva (2013) no Quilombo de Povoação de São Lourenço, Mendonça (2013) entre o povo indígena Pankará e o Quilombo Tiririca das Crioulas, Oliveira e Silva (2014) no Quilombo de Castainho, Ferreira (2016) entre o povo indígena Tingüi-Botó e Comunidade Quilombola Guaxinim, Gaudêncio (2018) na Comunidade Quilombola da Pitombeira, Silva (2019) entre quilombolas e indígenas em Itacuruba e Lopes (2019) no Quilombo Ilha de São Vicente que demonstram essas estratégias políticas em torno da identidade e sua constituição a partir da territorialidade.

Já as pesquisas de Silva Santos (2022) e Hely Silva (2022) analisam os impactos do CIPS em territórios quilombolas com as mobilizações dos moradores do Quilombo Ilha de Mercês e do protagonismo das mulheres do Quilombo Onze Negras, respectivamente, aproximando-se da constituição do problema que se encontra no Engenho Ilha por também estarem localizadas na cidade do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Silva Santos (2022) demonstra uma persistência dos processos de invisibilidade da comunidade que são promovidos pelo CIPS através de uma exposição histórica do desenvolvimento na região entre espaços hegemônicos e não hegemônicos a fim de compreender as formas de desterritorialização sofridas em Ilha de Mercês.

Ao desenvolver sua escrita sobre a resistência às tentativas de expansão do CIPS a partir das relações de territorialidade constituídas neste quilombo, o autor faz uma conexão interessante da continuidade de uma forma de habitação desde os engenhos até o tempo presente nos dando pistas sobre como os sujeitos que conformam esses lugares são vistos. De maneira distinta, Hely Silva (2022) discute os dilemas em torno do conceito de reconhecimento a partir do ponto de vista das mulheres na Comunidade Quilombola Onze Negras, onde são fortemente entrelaçadas práticas cotidianas e a formação dos espaços políticos na conquista de direitos coletivos. Sua pesquisa demonstra que por meio da busca pelo reconhecimento étnico é afirmada uma sujeita histórica e coletiva: a mulher quilombola, interseccionalizando as condições acerca da raça, do gênero e do território que se colocam em suas reivindicações.

Porém, esses trabalhos compartilham uma forma de investigação onde as dinâmicas sociais que são analisadas não levam em conta os agenciamentos decorrentes das ações para além dos humanos em relação a esses territórios. Ao partir dos históricos conflitos nesta região e dos diversos encadeamentos que se deram por meio das novas dinâmicas territoriais através do CIPS, também é possível identificar processos de exploração além-de-humanas que se dão conjuntamente a estes. O que se pode observar nas análises sobre as reivindicações nesses territórios é a centralidade de importantes marcadores a partir de certos aspectos da paisagem, como rios, casas, hortas e criadouros de animais, antigos engenhos, entre outros, demonstrando apontamentos que nos colocam diante da possibilidade de seguir pistas que nos levam a outros modos de pensar essas mobilizações políticas, através de conceitos e ideias que borram as fronteiras do humano e outros seres, como o conceito de cosmopolítica (STENGERS, 2018).

Na análise de Silva Santos (2022), nota-se um tensionamento constante do Rio Tatuoca, por exemplo. No ano de 2021 houve uma audiência pública onde a liderança do Quilombo Ilha de Mercês juntamente com diversas organizações locais reivindicavam a retirada do enrocamento do rio que foi construído para o transporte de materiais durante a obra do Estaleiro Atlântico Sul, da Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Promar, entre outros. Após essa medida, a parte interna do rio se separou do afluente no mar tornando-se uma zona pantanosa⁴.

Já na pesquisa de Hely Silva (2022) nota-se que as relações de territorialidade após o processo de desterritorialização promovido pelo CIPS mobilizaram um novo momento na comunidade que se deu por meio do anseio de transformação dos sentidos do que antes seria a propriedade de um antigo engenho colonial de cana de açúcar, o extinto Engenho Trapiche, em um espaço de afirmação positiva de suas identidades a partir das mulheres, renomeando-o como “Quilombo Onze Negras”. Este movimento constitui o que Dealdina (2020), entre outras mulheres quilombolas, coloca como um “território de existências negras femininas”. Diante disso, esse projeto se interessa na construção da identidade política que vincula território, vida, e negritude, visto que é algo que podemos ver também na luta contemporânea de mulheres indígenas que, por exemplo, se intitulam de “mulheres biomas”, como

⁴ No dia 10 de agosto de 2021 tive a oportunidade de participar da Audiência Pública da Defensoria Pública da União em Recife (DPU) sobre os impactos socioambientais em Ilha de Mercês através do Estágio na Divisão de Pesquisas e Perícias Sociais do mesmo órgão, onde era reivindicada a retirada do barramento do rio Tatuoca. Naquela ocasião foi conquistada uma vitória parcial: ainda no mesmo ano foi autorizada a retirada de 30 metros dos 180 metros do enrocamento do rio. Ao conversar com moradoras e moradores em visitas anteriores, em 2020, houve uma série de relatos de mortes de espécies, bem como o surgimento de outras espécies estranhas, mesmo para as pessoas mais antigas. Isso desordenou uma série de relações já existentes que foram além do território, colocando em evidência suas mobilizações políticas e os agenciamentos de outros seres.

apresentado no nome da III Marcha das Mulheres Indígenas à Brasília: “Mulheres biomas em defesa da biodiversidade pelas raízes ancestrais”. Trata-se de claramente de movimentos políticos mas também, se prestarmos atenção, de movimentos de luta ontológica. Como colocado por Escobar (2015: 92 - 94), diante de movimentos de afirmação étnico-territorial é enfatizada a defesa da vida diante de um modelo civilizatório que parte da afirmação da identidade mas que se coloca em busca por sua autonomia.

É possível identificar uma divisão explícita nas pesquisas desta região que têm como base a separação das relações sociais humanas dos lugares em que elas acontecem configurando-as enquanto meras paisagens. Assim como o antropoceno, temos o *anthropos* que tornou possível a própria descrição antropológica. Como discuti alhures (MARCIANO DA SILVA 2022: 27) em diálogo com Balée (2008: 03), paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas, e é a partir disso que podemos perceber que ao longo da história da ocupação humana no planeta sempre houveram distúrbios mediados por suas ações naquilo que entendemos como natureza, e na grande parte dos casos, essas ações aumentavam a biodiversidade. O resultado disso é o que Balée chama de “florestas antropogênicas”, por exemplo. Como colocado pelo autor, a ação humana também se torna fundamental para a construção de espaços de biodiversidade e estes são promovidos pelos povos que a habitam.

Em diálogo com Sauer, Balée (2008: 12) destaca que foi proposta, tradicionalmente, uma distinção da paisagem entre “naturais” e “culturais” que se popularizou, onde na primeira haveria uma ausência humana sendo formada exclusivamente de elementos naturais e, conseqüentemente, as últimas formadas pela modificação dos seres humanos a partir de elementos culturais. Entretanto, o autor observou que as paisagens naturais em sua totalidade não mais existem em muitas partes do mundo. Isso demonstra que a histórica contribuição de populações como as indígenas e quilombolas à biodiversidade construiu e ainda constrói o mundo tal qual conhecemos. Podemos concluir, portanto, que as paisagens não são apenas o “pano de fundo” para as relações sociais, mas o grande desafio que se coloca é de como aproximar essa construção, ainda em andamento, às presentes violências racialmente orientadas?

Quando tomamos essa dimensão do habitar através de formas específicas de ocupação desses espaços, como da experiência negra e das formas de viver praticadas nos quilombos, nota-se um importante paralelo onde certos corpos são submetidos conjuntamente as paisagens a uma condição, condição essa colocada na linha de frente da devastação. Se, por um lado, os impactos sociais e ambientais não podem mais ser tomados através de categorias

separadas, por outro, demonstra-se uma invisibilidade histórica das discussões ecológicas e sua continuidade colonial (FERDINAND, 2022: 15-28), uma dupla fratura colonial e ambiental. É através da perseguição desses sintomas que coloca-se como desafio pensar nos resquícios de uma violência, não limitadora, mas persistentemente atual.

5. Referências Bibliográficas

ARRUDA, D. R. . **Do açúcar ao petróleo: localização e evolução socioeconômica de Suape e seu entorno.** In: Fábio José Ferreira da Silva; Álvaro Barrantes Hidalgo; Ana Cláudia Arruda Laprovitera. (Org.). IV Encontro Pernambucano de Economia: Pernambuco na crise econômica nacional. 1ed.Recife-PE: TOP Produções Gráficas, 2016, v. 1, p. 55-86.

ADAMS, Cristina. **AS ROÇAS E O MANEJO DA MATA ATLÂNTICA PELOS CAIÇARAS: UMA REVISÃO,** Revista Interciência, MAY - JUN 2000, VOL. 25 N° 3.

ALMEIDA, Mariléa. **Devir Quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas,** São Paulo, Elefante, 2022.

ALVES, José Luiz. **Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico,** Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPE, 2011.

BALÉE, William. **Sobre a Indigeneidade das Paisagens,** Revista de Arqueologia, 21, n.2: 09-23, 2008.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significados.** 1. ed., Brasília, DF: INCTI/CNPq/UnB, 2015.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, 26. Campinas, 2006, pp. 329 – 376.

DABAT, Christine P. Y. R. **Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canvieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais,** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História/ UFPE, Recife, 2003.

DE LA CADENA, Marisol. **Natureza incomum: histórias do antropo-cego.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.

DEALDINA, Selma dos Santos, **Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política,** In: DEALDINA, Selma dos Santos. [Org.], Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas, São Paulo, Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

Despret, Vinciane. 2016. **O que diriam os animais se...** Caderno 45. Chão de Feira.

DHESCA Brasil, **Complexos Industriais e Violações de Direitos: o caso Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros,** Relatório da Missão de Investigação e Incidência, Brasil, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”**, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPR, Vol. 35, dezembro de 2015.

FAGUNDES, Guilherme M. **FOGOS GERAIS: TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA CONSERVAÇÃO DO CERRADO (Jalapão, TO)**, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL, Unb, 2019.

FAGUNDES, Guilherme M. Sociedade contra a *Plantation*: uma ressemantização ecológica dos quilombos (Posfácio) In: FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**, Ubu Editora, São Paulo, 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**, Ubu Editora, São Paulo, 2022.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthluceno**, São Paulo, N-1 edições, 2023.

HELY SILVA, Jairo. **ONZE NEGRAS: “EU VEJO QUE OS HOMENS, MESMO ELES SENDO UM NEGRO QUILOMBOLA, ELE NÃO TEM UMA ATITUDE QUE NEM UMA MULHER TEM”**: As relações entre gênero e o reconhecimento em uma comunidade quilombola no Cabo de Santo Agostinho/PE. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPE, 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

LATOUR, Bruno. **Diante de gaia: oito conferências sobre a natureza do antropoceno**, SP/RJ, Ubu Editora, Ateliê de Humanidades Editorial, 2020a.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Tradução Marcela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar Tempo, 2020b.

LINHARES, Eliana M. V., **Dinâmicas espaciais e resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária: a espacialização no assentamento Estivas em Amaraji - PE**, Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloísa B. [Org.] **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.

MATOS DA SILVA, Ana Claudia. **UMA ESCRITA CONTRA-COLONIALISTA DO QUILOMBO MUMBUCÁ JALAPÃO-TO**, (Dissertação) MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS TRADICIONAIS – MESPT, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Unb, 2019.

MATOS, W. S. D; EUGENIO, Benedito Gonçalves. **Comunidades quilombolas: elementos conceituais para a sua formação**, PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. ISSN 1984-4352 Macapá, v. 11, n. 2, p. 141-153, jul./dez. 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**, Antígona, Portugal, 2017.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**, São Paulo, N-1 edições, 2022.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. N-1 edições, São Paulo, p. 1-10, 30 mar. 2020a. Disponível em: <<https://n-1edicoes.org/020>>.

MENDES, Diego Costa [et. al.]. **A qualidade de vida e o desenvolvimento humano na região de Suape/PE: a vulnerabilidade de comunidades autóctones em meio ao progresso industrial**, Ci & Tróp. Recife, v.43, n.1, p.101-116, 2019.

MICAELO, Ana Luísa Martins, **Essa Terra que Tomo de Conta: parentesco e territorialidade na zona da mata de Pernambuco**, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2014.

MINTZ, Sidney, **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**, Editora Universitária UFPE, Recife, 2010.

ROGERS, Thomas D. **Imaginários paisagísticos em conflito na zona da mata pernambucana**, Cadernos de História da UFPE, v. 6 n. 6: Dossiê: Trabalhadores em Sociedades Açucareiras, 2009.

SACRAMENTO, Elionice Conceição. **DA DIÁSPORA NEGRA AO TERRITÓRIO DAS ÁGUAS Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA, (Dissertação), MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRAS TRADICIONAIS – MESPT**, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Unb, 2019.

SANTOS, Diogo Felipe. **CONFLITOS TERRITORIAIS E R-EXISTÊNCIA QUILOMBOLA EM PERNAMBUCO: comunidades tradicionais e desenvolvimentos entre sertão e zona da mata**, XIII, ENANPEGE, 2019.

SILVA DE JESUS, Alexandre. **Curupira: ensaio sobre tradução e dívida colonial**, Crítica Contemporânea: Revista de Teoria Política In: DAUPHINEE, E. RAVECCA, P. (Editores) Dossiê “Ideas que sólo se pueden contar”, Narrativa (y) política, 2016.

SCOTT, David. **Aquele Evento, Esta Memória: notas sobre a Antropologia das Diásporas Africanas no Novo Mundo**, Revista ILHA v. 19, n. 2, p. 277-312, dezembro de 2017.

SILVA SANTOS, Luís Paulo Santana da, **Entre choques, apagamentos e irrupções: o caso da região de Suape e do Quilombo Ilha de Mercês**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia, UFPE, 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo Modernus: Para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Dweison Nunes Souza de; GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **DISCURSO AMBIENTAL E A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: O CASO DO COMPLEXO**

INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE – PERNAMBUCO – BRASIL, Bol. Goiás. Geogr. (Online). ISSN: 1984-8501, Goiânia, v. 38, n. 1, p. 49-67, jan./abr. 2018.

SILVA, Tássica F. da, **Pernambuco forjado no açúcar: marcas e desdobramentos dos processos históricos, socioeconômicos e culturais da civilização do açúcar nas relações de trabalho e qualidade de vida dos trabalhadores do corte da cana**, Repositório UFRPE, 2021.

SILVEIRA, Karla Augusta, **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco** / Karla Augusta Silveira. - Recife: O Autor, 2010.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STRATHERN, Marilyn. **Capítulo 2 - A ciência implícita**, *In: Parentesco, direito e o inesperado: parentes são sempre uma surpresa* / Marilyn Strathern; tradução Stella Zagatto Paterniani. - I.ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2015.

STRATHERN, Marilyn. **Fora de contexto: As ficções persuasivas da Antropologia**. In O Efeito etnográfico, São Paulo: Cosacnaify, 2014.

STRATHERN, **O efeito etnográfico**. *In: O efeito etnográfico e outros ensaios*, Ubu editora, São Paulo, 2017.

TSING, Anna L. **O cogumelo no fim do mundo: sobre as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo**. São Paulo, n-1 edições, 2022.

TSING, ANNA L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no antropoceno**, Brasília, IEB Mil Folhas, 2019.

VIEIRA, Suzane de Alencar. **Resistência e Pirraça na Malhada: Cosmopolíticas Quilombolas no Alto Sertão de Caetité**. Suzane de Alencar Vieira – Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.